

**CMDU**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**  
**ATA DA 360ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**10/08/2021**

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 19h05, em reunião virtual através do link: <https://meet.google.com/okd-mhmt-cyl>, constando-se o quórum regimentar, reuniu-se o Conselho para a realização da sua trecentésima sexagésima reunião ordinária com a presença dos seguintes conselheiros:

**ENTIDADES TITULARES**

**SEGMENTO ECOLÓGICO**

ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO RESGATE CAMBUÍ

**TITULAR:** Evangelina de Almeida Pinho

**SUPLENTE:** Teresa Cristina Moura Penteado

**SEGMENTO EMPRESARIAL**

HABICAMP ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE HABITAÇÃO

**TITULAR:** Welton Nahas Curi

SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação.....

**TITULAR:** Carina Silva Cury

**SEGMENTO MOVIMENTO POPULAR**

**GRUPO PRÓ URBE – GPU**

**TITULAR:** Fábio Silveira Bernils

**CASA HACKER**

**TITULAR:** Vanderlice Pereira

ASSOCIAÇÃO RESIDENCIAL PADRE JOSINO DE CAMPINAS

**TITULAR:** Joaline Barbosa Santos

**SEGMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL**

OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL- 2ª SUBSEÇÃO DE CAMPINAS

**TITULAR:** Ronaldo Gerd Seifert

AREA – Associação Regional de Escritórios de Arquitetura

**TITULAR:** João Manuel Verde dos Santos

AEAC – ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE CAMPINAS

**TITULAR:** Egberto Luiz P. Arruda Camargo

**SEGMENTO UNIVERSITÁRIO**

UNICAMP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**TITULAR:** Thalita dos Santos Dalbelo

## **SEGMENTO INSTITUCIONAL**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

**TITULAR:** Márcio Rodrigo Barbutti

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO**

**SUPLENTE:** Robson Tadeu Tinoco Bezerra Brandão

**SUPLENTE:** Monna Hamssi

## **ENTIDADE SUPLENTE**

### **AsBEA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO**

**TITULAR:** Maria Jocenei Steck

**SECRETÁRIA EXECUTIVA:** Maria Célia Moura Martins

## **PAUTA**

1. Aprovação das Atas: 112ª e 113ª Reuniões Extraordinárias e das 358ª e 359ª Reuniões Ordinárias;
2. Análise e aprovação do Parecer referente ao PLC nº 55/21, pelo relator João Verde, que trata sobre:

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR NP 55/21**

Altera dispositivos da Lei nQ 10.569, de 30 de junho de 2000, que "dispõe sobre normas para estabelecimentos destinados a lavagem, lubrificação, limpeza, polimento, troca de óleo e serviços afins, de veículos automotores".

Art. 1º Fica acrescido parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 10.569, de 30 de junho de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica às atividades de lavagem, limpeza e polimento de veículos automotores e atividades afins desde que sejam realizadas por processo manual, ainda que mediante utilização de equipamentos ou máquinas portáteis, e executadas em locais onde a ocupação e o uso do solo pelo estabelecimento estejam de acordo com o previsto em lei." (NR)

Art. 2º Fica alterado o art. 22 da Lei nº 10.569, de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 Os estabelecimentos referidos nesta Lei deverão localizar-se em zonas do município onde a ocupação e o uso do solo sejam-lhes permitidos por lei específica." (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

## **3. Comunicados da Presidência e Conselheiros.**

**O Presidente** deste Conselho, João Verde, iniciou a reunião às 19h05, dando boas-vindas a todos os participantes, convidando a mim, **Maria Célia**, Secretária Executiva do CMDU para lavrar a presente ata. Comunicou que esta reunião será apenas de 1 (uma) hora, pois o meet/google só concede este prazo por não sermos assinantes, para obtermos mais prazo e melhores condições, somente para os associados, e existe um custo. Informou que outros meios estão sendo providenciado. **A Conselheira Teresa** disse que a Prefeitura tem que dar suporte para as reuniões. **A Secretária Executiva Maria Célia**, falou que no e-mail enviado hoje a todos os Conselheiros, informava que já estão em treinamento para utilizar o programa da Prefeitura, que nos dará as condições necessárias para realização das reuniões virtuais. Passando para o primeiro item da pauta, aprovação das atas, o Presidente disse que foram enviadas apenas 3 (três). **A Secretária Maria Célia** explicou que houve um problema na gravação da 112ª Reunião Extraordinária, o que impossibilitou a sua inclusão nesta reunião, e que assim que a gravação for recuperada e a ata concluída, será encaminhada para votação. Retomando a palavra o **Presidente** indagou se todos leram as atas e se há manifestações ou correções, não havendo manifestações, colocou em votação a ata da 113ª Reunião Extraordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida colocou em votação a ata da 358ª Reunião Ordinária, sendo aprovada pela maioria com 1 (uma) abstenção. Colocada em votação a ata da 359ª Reunião Ordinária, foi aprovada pela maioria com 1 (uma) abstenção. No segundo item da pauta, aprovação do Parecer referente ao PLC nº 55/2021, **o Presidente** explicou que o PLC foi enviado ao CMDU após a última reunião ordinária, por este motivo assumiu a relatoria para que o Conselho não perdesse o prazo da Câmara Municipal. Falou que a Lei nº 10.569/2000, foi elaborado pelo vereador da época Antonio Rafful, objeto de alteração de dispositivos pelo PLC nº 55/2021, é uma lei bastante detalhada, lembrou que a lei nº 6031/1988 foi substituída pela lei nº 208/2018, onde contem alterações referentes ao assunto deste PLC em análise. Disse que o autor deste PLC, o vereador Zé Carlos, visa acrescentar importantes modificações. Após apresentou o Parecer como segue:

#### **PARECER CMDU - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**REFERÊNCIA:** **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 55/2021**

**AUTOR:** Vereador Zé Carlos

**RELATOR:** João Manuel Verde dos Santos

**PARECER:** Favorável

**DATA:** 10 de agosto de 2021

**PREÂMBULO:** *Altera dispositivos da Lei nº 10.569, de 30 de junho de 2000, que “dispõe sobre normas para estabelecimentos destinados a lavagem, lubrificação, limpeza, polimento, troca de óleo e serviços afins, de veículos automotores”.*

**ANÁLISE:**

*O Projeto de Lei apresentado pelo Vereador Zé Carlos em seu texto original, bem como a uma Emenda por ele mesmo sugerida, fazem oportunas as modificações na legislação existente, e trás propostas visto que, com as modernizações, desenvolvimento dos equipamentos e das técnicas de trabalho na manutenção dos veículos automotores, sobretudo com o uso de equipamentos leves e portáteis, que não necessitam inclusive do uso de água em grandes quantidades, adequa a Legislação com relação a tipologia construtiva necessária, bem como a adequação aos diversos tipos de zoneamento que a legislação atual da Lei Complementar 208 de 28 de dezembro de 2018, lhe permitem. Também o projeto de Lei em suas justificativas deixa bem claro, que não existe qualquer prejuízo ao meio ambiente, pois apenas abre oportunidade aos meios mais atualizados de manutenção serem aceitos e previstos em Lei, e que o meios convencionais mantem-se previstos na legislação, como à aprovação junto a Prefeitura e a Sanasa, com relação ao uso e o descarte do esgoto, que deve ser pré tratado, inclusive com técnicas de reciclagem da água de uso, utilização de água de reuso e previsão de uso de águas pluviais, nos processos de lavagem.*

**PARECER:** *Nosso parecer é favorável, inclusive com a adoção do texto proposto pelo Vereador Zé Carlos em sua Emenda.*

*Campinas, 10 de agosto de 2021.*

**PROFº JOÃO MANUEL VERDE DOS SANTOS**

*Relator*

Em seguida abriu a palavra para manifestações. **O Conselheiro Joaline** pediu um esclarecimento, este PLC só vai complementar a outra Lei? O Presidente disse que o PLC está alterando o artigo 1º que diz:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica às atividades de lavagem, limpeza e polimento de veículos automotores e atividades afins desde que sejam realizadas por processo manual, ainda que mediante utilização de equipamentos ou máquinas portáteis, e executadas em locais onde a ocupação e o uso do solo pelo estabelecimento estejam de acordo com o previsto em lei." (NR)

E também altera o artigo 2º, como segue:

Art. 2º Fica alterado o art. 22 da Lei nº 10.569, de 2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 Os estabelecimentos referidos nesta Lei deverão localizar-se em zonas do município onde a ocupação e o uso do solo sejam-lhes permitidos por lei específica." (NR)

**O Conselheiro Fábio** falou que observou um detalhe disse que objetivamente da troca de óleo e lubrificação a CETESB que faz a exigência e que controla, sugeriu colocar no texto sobre a CETESB. **O Presidente** informou que já consta na Lei. **O Conselheiro Ronaldo** falou que se a CETESB que é um órgão estadual, se vier alterar a legislação, será dentro da legislação estadual, na sua opinião não mencionar. **O Conselheiro Fábio** rebateu, a questão é mais ampla. **O Conselheiro Robson**, esclareceu que para concessão de alvará de uso do solo, existe uma Lei 11.749/2003 e também tem um Decreto que regulamenta essa Lei, sendo que não tem necessidade de incluir sobre a Cetesb. **O Presidente** falou do alvará de uso, que não precisa ser mencionado tudo no corpo da Lei. Encerrada as manifestações, o Presidente colocou em votação o Parecer, sendo aprovado pela maioria com 1 (uma) abstenção. No terceiro item, Comunicados do Presidente e Conselheiros. **A Secretária Maria Célia**, lembrou que desde as primeiras reuniões, foi colocado em pauta a revisão do regimento interno do Conselho, sendo até formada uma comissão, mas está não se reuniu. O Presidente sugeriu retomar a revisão do regimento interno, bem como a Lei do CMDU, sugeriu também agendar uma reunião com a comissão. **O Conselheiro Robson** pediu a palavra para desculpar-se por não ter apresentado o Parecer exarado por ele, que foi por um imprevisto. E, nada mais havendo a tratar, o **Presidente João Verde** encerrou a reunião às 19:43hs e eu, Maria Célia Moura Martins, lavrei a presente ata.